



SUPERINTENDÊNCIA
DA ZONA FRANCA DE MANAUS

www.suframa.gov.br

Clipping Local Mídia Impressa

Coordenação Geral de Comunicação Social - CGCOM

Manaus, quinta-feira, 6 de dezembro de 2012

JORNAL DO COMMERCIO CAPA	1
JORNAL DO COMMERCIO ICMS interestadual	2
POLITICA	
JORNAL DO COMMERCIO Batalha pelo ICMS longe do fim.....	3
ECONOMIA	
JORNAL DO COMMERCIO Batalha pelo ICMS longe do fim (continuação)	4
ECONOMIA	
JORNAL DO COMMERCIO Investimentos.....	5
ECONOMIA	
A CRITICA ZFM: AS VELHAS TAREFAS	6
OPINIÃO	
A CRITICA sim & não	7
OPINIÃO	
AMAZONAS EM TEMPO Omar comemora proposta de ICMS levada ao Senado.....	8
ECONOMIA	
DIÁRIO DO AMAZONAS Claro & Escuro.....	9
OPINIÃO	

CAPA

Sefaz compara ICMS à primeira vitória na guerra dos portos

O Estado do Amazonas começa a 'briga' pelo tratamento diferenciado da ZFM na proposta de unificação do ICMS (Imposto sobre a Circulação de Mercadorias e

Serviços) com o pé direito. É o que afirma o secretário executivo da Sefaz-AM (Secretaria de Fazenda do Estado do Amazonas), Afonso Lobo. Para ele, a nova proposta apresentada

pelo ministro da Fazenda, Guido Mantega, na última terça-feira (4), em audiência na CAE (Comissão de Assuntos Econômicos do Senado) de manter a alíquota do Amazonas em 12%

é uma primeira vitória para o Estado. Segundo ele, o avanço na discussão do ICMS pode ser comparado com a conquista do Amazonas na chamada guerra dos portos.

Página A5

ICMS interestadual

PT enaltece governo por diferenciar Zona Franca

O deputado estadual José Ricardo Wendling (PT) enalteceu a proposta do governo federal em diferenciar a Zona Franca de Manaus, garantindo alíquota de 12% no projeto em tramitação no Senado Federal que unifica em 4% de alíquota de ICMS interestadual, no combate à guerra fiscal. “Um compromisso do governo de Dilma em manter a Zona Franca, nossa principal atividade econômica”, declarou.

De acordo com o parlamentar, é preciso debater mais a questão do ICMS. Ele é autor de um requerimento que pede uma comissão especial de deputados da Assembleia Legislativa do Estado para acompanhar o assunto, bem como promover audiência pública para discutir com empresários e sociedade civil os impactos dessa proposta na economia do Estado.

Pela proposta do governo federal, não haverá alteração para a ZFM e para os Estados que exploram o gás natural. “Com essa estabilidade jurídica, com certeza virão novos investimentos para o Amazonas. Um aquecimento da nossa economia, dando uma nova chance de buscarmos um modelo econômico regional e autônomo”, disse ele, referindo-se ao fato de que os incentivos fiscais da Zona Franca estão garantidos até 2023.

Orçamento 2013

José Ricardo apresentou 57 emendas à Lei Orçamentária Anual (LOA) para 2013 e ressaltou que todas essas propostas vieram de visitas e reuniões em diversos municípios, bem como de entidades como o Movimento de Luta dos Professores de Manaus e o Sindicato dos Professores.

A novidade deste ano foi a

utilização de um banner, em seu blog (blogdojoser Ricardo.com.br) onde a população pôde participar enviando sugestões, que se transformaram em emendas parlamentares. “A participação eletrônica é um canal de comunicação que poderia ser também utilizado pelo Poder Executivo. Não ouvir a sociedade é um absurdo, porque os recursos públicos não pertencem aos governantes”.

Ele destacou as principais emendas: nas áreas da educação (reajuste salarial de 15% para os professores e implementação da Hora de Trabalho Pedagógica (HTP) nas escolas); da segurança (mais recursos para o Corpo de Bombeiros e para o Fundo Estadual de Catástrofes, como ainda para a aquisição de sistema tecnológico para o combate ao crime organizado); da saúde (recursos para entidades de recuperação de jovens dependentes químicos, como a Fazenda Esperança, e para a pesquisa em saúde, bem como contratação de médicos para os municípios e construção de centro para dependentes químicos e de hospital para pacientes renais); indígena (mais recursos para a Secretaria de Estado dos Povos Indígenas); e diversas outras propostas para os municípios do Amazonas.

“Espero que a Assembleia possa fazer debates sobre o Orçamento e sobre as emendas com a população. Nós, deputados, fomos eleitos pelo povo para trabalhar em nome deles. Por isso, precisamos ouvi-los para saber quais as suas prioridades”, expressou ele, enfatizando que é autor de projeto de resolução e de lei prevendo que tanto o governo do Estado quanto a Assembleia façam esses debates.

Batalha pelo ICMS longe do fim

Por Juliana Geraldo

Apesar do apoio do governo federal pelo tratamento diferenciado da ZFM na proposta de unificação do ICMS (Imposto sobre a Circulação de Mercadorias e Serviços) apresentado na última terça-feira (4), em audiência na CAE (Comissão

de Assuntos Econômicos do Senado), o secretário executivo da Sefaz-AM (Secretaria de Fazenda do Estado do Amazonas), Afonso Lobo, afirma que a 'batalha' está longe do fim.

"A decisão cabe ao Senado e as duas propostas devem tramitar durante um tempo na comissão, antes das alíquotas serem definidas", declarou.

Ele explica que não existe a garantia de os senadores dos demais Estados aprovarem a proposta que beneficie o Amazonas, "por isso, o jogo ainda não está ganho e a bancada do Estado terá que entrar em ação para negociar", destacou.

A primeira proposição apresentada no início de novembro consistia na unificação da ali-

quota do ICMS interestadual de 12% para 4% até 2020 para todos os Estados brasileiros, um corte de um ponto percentual por ano.

Mediante a apresentação de um estudo de tratamento diferenciado da ZFM enviado por representantes do Amazonas, o governo federal disse ter levado em consideração as diferenças

regionais e, por esse motivo, propôs o anteprojeto que deixa a ZFM e o Amazonas fora dos cortes.

A nova proposta apresentada pelo ministro da Fazenda, Guido Mantega, defende a manutenção da alíquota do Amazonas em 12%.

A medida também beneficia o Mato Grosso do Sul, uma vez que mantém o recolhimento de ICMS interestadual nas operações com o gás natural, produto proveniente da Bolívia, mas nacionalizado no Estado.

Alívio temporário

Lobo reforça que a proposta alternativa é um alívio, uma vez que tanto o governo do Amazonas, quanto a Suframa (Superintendência da Zona Franca de Manaus) e a própria Sefaz-AM já haviam calculado um impacto negativo de até 78% sobre a arrecadação do imposto, incluindo danos nos repasses para o ensino superior, turismo e P&D.

"Apesar de apresentar duas proposições, uma pela unifica-

ção em 4% para todos os Estados e outras pela retirada da ZFM da proposta original, o que o governo federal defendeu foi a segunda proposta, ação que está de acordo com as nossas expectativas. Estamos satisfeitos com o apoio", comemorou.

Segundo ele, o avanço na discussão do ICMS pode ser comparado com a conquista do Amazonas na chamada guerra dos portos, que criou uma nova tributação para o ICMS dos importados dando à ZFM fôlego de competitividade frente aos países asiáticos.

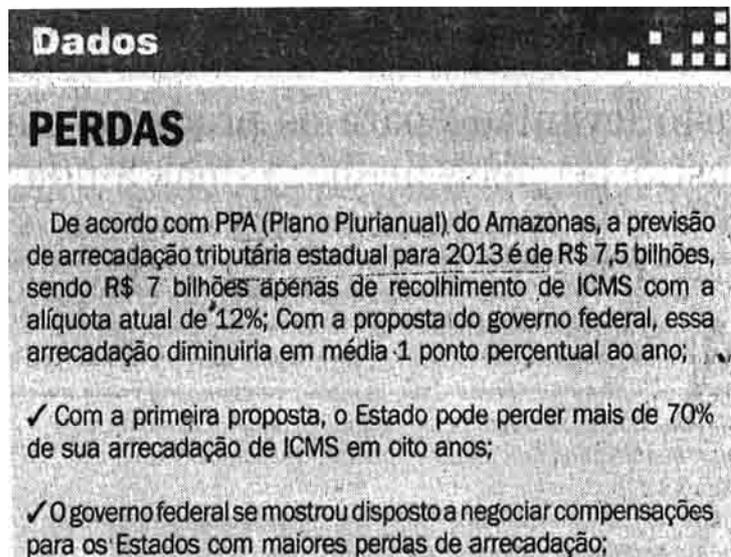
O Senado vai fixar as novas alíquotas ou manter as antigas por meio de um projeto de resolução após votação da matéria na CAE, ainda sem previsão.

De acordo com o atual secretário de Fazenda do Estado do Amazonas, Isper Abraham, em entrevista anterior ao *Jornal do Commercio*, uma primeira proposta fechada pelos Estados quanto à unificação do imposto é esperada para o final do primeiro semestre de 2013.

Foto: Divulgação



Batalha pelo ICMS longe do fim (continuação)



Dados

PERDAS

De acordo com PPA (Plano Plurianual) do Amazonas, a previsão de arrecadação tributária estadual para 2013 é de R\$ 7,5 bilhões, sendo R\$ 7 bilhões apenas de recolhimento de ICMS com a alíquota atual de 12%; Com a proposta do governo federal, essa arrecadação diminuiria em média 1 ponto percentual ao ano;

- ✓ Com a primeira proposta, o Estado pode perder mais de 70% de sua arrecadação de ICMS em oito anos;
- ✓ O governo federal se mostrou disposto a negociar compensações para os Estados com maiores perdas de arrecadação;

Investimentos

Quarto trimestre é aposta para reação, diz Mantega

O ministro da Fazenda, Guido Mantega, disse nesta quinta-feira que o investimento começará a reagir no quarto trimestre deste ano. Segundo ele, quando há uma crise, com retração da economia, o que mais se encolhe é o investimento, já que o empresário olha para a frente e

precisa de demanda para tomar a decisão de investir.

O ministro disse que já tem indicadores do Banco Nacional de desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) mostrando que o investimento começou a reagir no quarto trimestre de 2012, um comportamento pa-

recido com 2009, quando não houve investimento nos três primeiros trimestres e a reação veio nos últimos três meses do ano. "Exatamente como agora. A indústria voltou a crescer a partir do terceiro trimestre, vai continuar crescendo no quarto trimestre e é ela que vai fazer o

investimento reagir", previu.

Mantega acredita que a Formação Bruta de Capital Fixo (FBCF) ficará em torno de 19% do PIB em 2013. O ministro lembrou que o governo tem adotado medidas de redução geral do custo financeiro e da energia elétrica, o que vai ani-

mar os investidores. Ele disse que a economia também tende a reagir mais.

O ministro afirmou que é natural a retração da indústria, que é afetada pela crise, mas que, à medida que os setores começam a reagir e operar num nível mais elevado, a indústria

voltou a crescer. Ele disse que a agricultura vai bem, o setor de serviços também e previu que, neste primeiro momento de recuperação da economia, a indústria está queimando os estoques e depois terá que aumentar a produção para atender o mercado.

Manaus, quinta-feira, 6 de dezembro de 2012.

ZFM: AS VELHAS TAREFAS

I O Amazonas venceu mais um embate para assegurar as especificidades da Zona Franca de Manaus. A alegria por essa vitória é, ao mesmo tempo, um novo alerta sobre a responsabilidade que os governos, o setor produtivo, as instituições produtoras de conhecimento e a sociedade organizada têm quanto à velha necessidade de assegurar ao Estado outra opção de desenvolvimento econômico.

O assunto não é novo. Ao contrário é recorrente pelo menos nas duas últimas décadas. No entanto, a região permanece completamente dependente de um modelo econômico completamente subsidiado e que se torna, mundialmente, cada

vez mais vulnerável, independente do tamanho da vontade do governo central em relação à ZFM. Há muito a economia deixou de ser definida apenas no âmbito interno sofrendo, imediatamente, os impactos das decisões internacionais. Quando se fala em sociedade globalizada ou da queda das fronteiras econômico-financeiras também se está indicando que modelos como o do Polo Industrial de Manaus (PIM) estão amarrados em outros portos e que, dependendo da velocidade dos ventos, podem se soltar para se fixarem em outros lugares até que deixem de ser economicamente atrativos. Se de um lado, é preciso manter, permanente, a vigilância para proteger a ZFM e evitar o caos no

Amazonas; de outro, construir bases que reduzam o grau de dependência tornou-se questão vital para os povos que vivem nessa parte do território nacional. No entanto, até agora nenhuma iniciativa governamental conseguiu produzir um bom efeito. Nem parcerias entre governo/empresariado/comunidade científica foram concretizadas em solo fértil a fim de que pensar e realizar um plano estadual de desenvolvimento saísse do abstrato e ganhasse concretude.

A opção feita tem sido mantida: apagar incêndios, aguardar o bom humor e a visão ampliada do governante do momento para que a partir da ação dele sejam mantidas as garantidas da Zona

Franca diante de cada ameaça real feita por governantes de outros Estados. Uma existência em permanente agonia.

A guerra fiscal permanece e se alimenta vorazmente das condições que estão postas nacional e internacionalmente. Enquanto o ritmo de desenvolvimento tiver essa marca, a ZFM continuará sendo vista como um problema a ser atacado. Para os amazonenses e aqueles que aqui vieram morar, a asfixia tem sido longa. É fundamental que a velha questão seja levada a sério ou a prorrogação assegurada pelo Governo Dilma logo terá sido vencida e, de novo, se constatará que nenhuma outra matriz de desenvolvimento criou raiz nesta terra.

sim & não

Rachada, base de Aziz entra em choque

A base aliada do governador Omar Aziz (PSD), na Assembleia Legislativa do Estado (ALE-AM), esticou o cabo de guerra na disputa pela mesa diretora da casa. A tensão é tanta que a ameaça de se recorrer ao Supremo Tribunal Federal (STF) para denunciar a reeleição do presidente Ricardo Nicolau (PSD), antes tratada como uma hipótese, foi materializada em um documento assinado por doze deputados que assumiram compromisso de fazer a representação jurídica.

Almoço A ofensiva contra a reeleição do atual dirigente foi discutida ontem em um almoço que reuniu os deputados Vicente Lopes e Belarmino Lins, do PMDB, Adjuto Afonso (PP) e o líder do Governo, Sinésio Campos (PT), que apoiam o colega Chico Preto (PSD), para suceder Nicolau.

Baixa Detalhe na lista dos doze parlamentares anti reeleição foi a exclusão do nome do peemedebista Marcos Rotta, que até terça-feira somava voto contra Nicolau, mas vislumbrando a possibilidade de disputar a presidência. O problema é que o Governo sinalizou com veto ao PMDB dirigir a ALE-AM.

Vale tudo A divisão na base de Omar também permite uma

espécie de leilão na composição de força. Entre os parlamentares, há quem diga que a pergunta que mais se houve é: "O que você quer?"

Vigário Do ex-deputado federal Humberto Michiles, ao ser perguntado se havia participado ativamente da eleição municipal em Maués, sua base política: "Participei! Apoiei o 'padre'. Chega de vigário", retrucou.

Padre Para explicar a frase de Michiles: o padre a que ele se referiu é Carlos Góes, ou Padre Carlos, como é conhecido em Maués. Ele disputou a prefeitura local pelo PT e, na condição de estreatante, venceu a candidata que era apoiada pelo prefeito Miguel Paiva e outros grupos tradicionais.

Solidez A Zona Franca de Manaus foi defendida ontem em um artigo na página de Opinião do jornal O Globo. No texto assinado pelo economista João Sabóia, professor do Instituto de Economia da UFRI, comparando-a com o restante do País, ele diz que o modelo "demonstra solidez" e que "segue próspero e vigoroso".

Excepcional Sabóia argumenta que, por obrigação de ofício, fez recente estudo sobre a ZFM e, ao citar números da retração do emprego no País, entre 2003 e 2010, excetua a Zona Franca, que, no período, segundo ele, registrou crescimento de 67% nos postos de trabalho. "Uma taxa de crescimento excepcional".

Futuro O economista encerra

o artigo dizendo sobre a ZFM: "Seu futuro depende das vantagens que foram ou vierem a ser concedidas [...] para que a região possa enfrentar os desafios dos novos tempos".

Tranquilo O titular da Sems, Francisco Deodato, fez discurso de despedida da pasta ontem e repetiu os rumores de que seu sucessor será o médico Evandro Melo: "Tê-lo como sucessor me deixa tranquilo". Foi no lançamento da Operação Impacto de Combate à Dengue.

Trampolim A propósito, Deodato deu uma cutucada em políticos que estavam de olho na pasta: "A Secretaria de Saúde não é trampolim. É um cargo que deve ser exercido por técnicos que se dedicam a cuidar da saúde das pessoas".

PINGA FOGO

✘ Confirmada para assumir a Segov, a deputada federal Rebecca Garcia (PP) começou a se articular. Na terça-feira, em Brasília, ela conversou sobre a pasta com o colega Carlos Souza (PSD).

✘ O vereador Waldemir José (PT) não escondeu o fato de ter sido citado ontem, em discurso, pelo prefeito eleito Artur Neto (PSDB). No primeiro turno das eleições municipais, o tucaço já havia feito elogio à atuação do petista na CMM.

✘ O vereador Elias Emanuel (PSB) mostrou-ontem como o vereador eleito Plínio Valério (PSDB) pode ter perdido apoio em sua eventual candidatura à presidência da CMM. Elias lembrou que Plínio falou das "leis íesas" produzidas pela casa.

Omar comemora proposta de ICMS levada ao Senado

Segundo o governador, se aprovada, a proposta de resolução com alíquota de 12% para o Estado vai assegurar uma estabilidade maior à economia local

Apresentada na última terça-feira pelo ministro da Fazenda, Guido Mantega, a proposta da Resolução ao Senado, que propõe alíquota única de 4% na cobrança do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS) no país, mas preserva a excepcionalidade do Amazonas, foi comemorada pelo governador do Estado, Omar Aziz.

Na opinião do governador, se aprovada, a proposta acarretará o fim da guerra fiscal entre os Estados, garantindo uma estabilidade à economia do Amazonas. "Com o Amazonas tendo 12% e os outros Estados com 4%, fica garantida nossa competitividade", disse o governador.

Omar Aziz ressaltou que a manutenção das vantagens comparativas da Zona Franca de Manaus (ZFM) foi um compromisso assumido pela presidente Dilma Rousseff. Ele disse que conversou com Mantega, na reunião de governadores, em Brasília, quando a alíquota única foi tratada. Na ocasião, mostrou que o problema do Amazonas não se limitava à perda de ICMS, que poderia ser reposta com o fundo criado pelo governo federal, a partir da aplicação da nova regra, mas a cadeia produtiva da zona franca.



Durante evento do TCE ontem, Omar Aziz destacou compromisso de Dilma com a zona franca

'Competitividade seria garantida'

"A proposta que foi apresentada ontem (na última terça-feira) pelo ministro Guido Mantega é boa para a nossa competitividade. Esperamos que ela seja votada daquela forma. Sendo votada daquela forma, acaba a guerra fiscal. Isso dá uma estabilidade maior a nossa economia e a nossa indús-

tria. Outras empresas se instalarão aqui e nós teríamos um diferencial significativo para a gente manter a competitividade dos produtos da ZFM", enfatizou o representante do Executivo.

O governador comentou sobre o assunto durante o encerramento do seminário "Transição de Governo

nos Municípios Brasileiros: Providências e Cautela", organizado pelo Tribunal de Contas do Estado (TCE) em um hotel da cidade. Na ocasião, ele elogiou a iniciativa do órgão em orientar os novos prefeitos eleitos em relação a assuntos como prestação de contas e gastos públicos.

Claro & Escuro

ICMS

Alfredo feliz com Dilma

O senador Alfredo Nascimento (PR) se disse muito satisfeito com a retirada do Amazonas da proposta do governo federal de unificação do ICMS interestadual. Para ele, a medida é uma demonstração do compromisso da presidente Dilma Rousseff com o Amazonas e tem o objetivo de dar fim à guerra fiscal.

ELEIÇÃO

Omar dá liberdade

O governador Omar Aziz (PSD) disse, ontem, que prefere respeitar a opinião dos deputados na escolha da nova Mesa Diretora da ALE. "Todos são capacitados para decidir os destinos da ALE". Questionado se ele tinha preferência pelo deputado Chico Preto (PSD), Omar afirmou que eles são amigos, como todos os demais são, e que se tivesse de apoiar alguém, já teria feito.

ARTICULADOS

Recurso no STF

O grupo, formado por 11 deputados, está disposto a reagir, junto ao STF, a qualquer tentativa de emplacar a reeleição na ALE, com base no artigo 57, parágrafo 4 da Constituição Federal, que veta a reeleição na Câmara e no Senado. Os deputados Marcelo Ramos (PSB), Luiz Castro (PPS), José Ricardo (PT), Vera Lúcia Castelo Branco (PTB), Wanderley Dallas (PMDB) e Marcos Rotta (PMDB) estão no grupo.

ENERGIA

Linhão é a solução

Omar Aziz não vê com bons olhos a instauração da CPI do Apagão na ALE. Para ele, de nada adiantará. "É assim, como está tudo interligado, quando cai, vai tudo em cadeia. A gente tem conversado com o ministro (das Minas e Energia). Até agosto o linhão (de Tucuruí) vai funcionar", assegurou.

PREPARATIVOS

Rebecca se prepara

A deputada Rebecca Garcia (PP) formalizará, dia 10, sua licença para deixar a Câmara Federal e assumir a Segov. Ontem, ela fez o anúncio aos pares, na tribuna. Rebecca prepara a chegada de Luiz Fernando Nicolau (PSD). A ideia é que ele assuma no mesmo dia em que ela oficialize a saída, para que nenhuma verba ou emenda encaminhada seja perdida.

TABLETS

Só em 2013

O julgamento da Adin do governo de São Paulo contra o Amazonas, referente aos tablets, só deve ser julgada ano que vem. Conforme o procurador-geral do Estado, Clóvis Smith Frota Júnior, o processo está concluso para a relatora, ministra Rosa Weber, mas em virtude da pauta do Tribunal estar lotada, não há previsão para votar a Adin.